



# O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO CONTRATUAL: UMA ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS

## Autor(es)

Administrador Kroton

Sthefanny Emannuelle Da Silva Ferreira Lobato

Patricia Fernandes De Matos

Rithiele Vitoria Da Silva Ferreira Lobato

Vanice Borges Luz

## Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

## Instituição

ESCOLA ESTADUAL JOSIAS DE MATOS

## Introdução

O presente projeto de pesquisa, desenvolvido através de uma parceria entre a educação básica e o meio acadêmico, dedica-se a examinar a crescente influência da Inteligência Artificial (IA) sobre o Direito Contratual. Um contrato, que é um acordo legal que rege relações civis há séculos, está sendo profundamente transformado pela difusão da IA em diversos setores da sociedade.

A IA possui um potencial significativo para revolucionar a maneira como os contratos são elaborados, negociados e executados. A tecnologia é capaz de automatizar tarefas cotidianas, aprimorar a eficácia e a precisão em atividades como a revisão de cláusulas contratuais e a avaliação de riscos. Em essência, a IA pode atuar como uma ferramenta poderosa para aumentar a eficiência e diminuir custos. Por meio de sistemas, a IA pode até mesmo redigir contratos baseados em modelos predeterminados ou monitorar o desempenho de um acordo sem intervenção humana direta.

Contudo, a rápida incorporação da IA no campo jurídico levanta questões complexas. O desafio reside em equilibrar o aumento da eficiência com a manutenção do julgamento humano e a mitigação do potencial de erros ou vieses. A função social do contrato, que estabelece limites à autonomia das partes, corre o risco de ser perturbada pela automação. Uma vez que a aplicação dessa tecnologia em assuntos contratuais ainda se encontra em desenvolvimento, torna-se essencial investigar os efeitos, identificar os desafios e traçar caminhos para um uso que seja simultaneamente eficiente, ético e juridicamente seguro. É crucial que a IA seja vista como um auxílio para melhorar a tomada de decisões humanas, em vez de substituí-la integralmente.

## Objetivo

O projeto visa investigar os impactos da Inteligência Artificial no Direito Contratual, analisando a interdisciplinaridade entre a IA e o direito. Buscamos compreender como a tecnologia afeta a forma de trabalho dos profissionais, enfatizando a relevância da supervisão humana na interpretação da lei e na tomada de decisões éticas e responsáveis.

## Material e Métodos



A metodologia do projeto centrou-se na análise detalhada da aplicação da IA no Direito Contratual, abordando áreas práticas como a revisão e redação de documentos legais e a análise de jurisprudência. Além disso, o estudo procurou entender o potencial da IA para otimizar o acesso à justiça, fornecendo serviços jurídicos básicos e facilitando a resolução de disputas online de forma mais eficiente e acessível.

Em termos de abordagem metodológica, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, empregando a combinação de metodologias qualitativas e quantitativas. A técnica qualitativa utilizada incluiu a observação participante, dado o envolvimento das pesquisadoras com a Universidade Anhanguera. O principal instrumento para a coleta de dados foi a aplicação de um questionário sobre o impacto da IA no Direito Contratual, composto por questões abertas e fechadas com cinco alternativas de resposta. Os participantes incluíram advogados, especialistas em direito, professores e estudantes da instituição.

## Resultados e Discussão

A pesquisa confirmou que a IA no Direito Contratual é uma área de intensas transformações, gerando oportunidades e desafios. As Oportunidades da IA: A utilização da IA permite a automatização avançada de procedimentos contratuais, como a criação inicial de documentos padrão e a identificação precisa de cláusulas específicas. Isso resulta em melhoria da produtividade para os profissionais jurídicos, que podem focar em atividades de maior valor estratégico.

A IA possibilita a personalização de contratos de acordo com as necessidades específicas de cada negociação e aprimora a análise preditiva, ajudando a antecipar resultados de disputas e a reduzir riscos. Além disso, ao automatizar tarefas e diminuir despesas operacionais, a IA pode ampliar o acesso aos serviços jurídicos e, consequentemente, à justiça. A tecnologia se mostra útil na avaliação de riscos, na pesquisa jurídica, na resolução de conflitos online e no gerenciamento de documentos.

**Implicações Éticas e Jurídicas:** Foram identificadas quatro áreas de implicação crítica:

**Responsabilidade:** O uso da IA levanta a complexa questão de quem deve ser responsabilizado por falhas ou erros gerados pelo sistema, exigindo que as partes contratantes definam claramente essas responsabilidades nos acordos. A legislação pode necessitar de ajustes para abordar a responsabilidade civil por danos causados por algoritmos.

**Segurança e Privacidade de Informações:** O manuseio de dados sensíveis pela IA exige a garantia de que os sistemas sejam seguros e que cumpram rigorosamente as leis de proteção de dados, como a LGPD no Brasil. A falha na segurança pode gerar sérios problemas legais.

**Comunicabilidade e Transparência:** É vital que os algoritmos de IA sejam explicáveis e transparentes para que os usuários e as partes envolvidas compreendam as razões por trás das decisões automatizadas. Isso é essencial para construir a confiança na tecnologia e para evitar a perpetuação de preconceitos ou a discriminação.

**Regulamentação e Lei:** A necessidade de regras claras foi evidenciada. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por exemplo, regulamentou o uso da IA no Judiciário através da plataforma Sinapses, promovendo a colaboração, transparência e a exigência de que os modelos de IA permitam o monitoramento e a verificação das previsões.

**Perspectivas e Desafios:** Um dos maiores desafios é a preocupação com o viés algorítmico, onde a IA pode manter ou ampliar a discriminação se não for treinada e monitorada adequadamente. Além disso, a IA ainda apresenta limitações em áreas que dependem de um elevado grau de raciocínio abstrato, avaliativo e intuitivo, que somente o ser humano possui. A solução e a recomendação central é desenvolver uma abordagem responsável e ética, garantindo que a IA atue como uma ferramenta de apoio e que o julgamento humano permaneça envolvido no processo.



## 28º Encontro de Atividades Científicas

03 a 07 de novembro de 2025

Evento Online

### Conclusão

O impacto da Inteligência Artificial no Direito Contratual é uma questão complexa e evolutiva, que exige investigação e consideração atentas. Embora a IA tenha potencial para revolucionar a forma como os contratos são manuseados, ela levanta desafios cruciais de responsabilidade, ética e transparência. É imperativo reconhecer as limitações da IA e estabelecer diretrizes claras para o seu uso. Ao garantir que a IA seja uma ferramenta para apoiar a decisão humana, e não para substituí-la, é possível promover a justiça e a igualdade no contexto jurídico.

### Referências

- <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-inteligencia-artificial-e-o-direito/467690643>
- <https://www.cnj.jus.br/cnj-regulamenta-uso-de-inteligencia-artificial-no-judiciario/>
- <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/execucao-de-contratos-segundo-o-direito-brasileiro-guia-completo/1778669801>
- Solove, Daniel J. "Understanding Privacy". Harvard University Press, 2008.
- Pasquale, Frank. "The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information". Harvard University Press, 2015.
- <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-contratuais/391128/a-utilizacao-da-inteligencia-artificial-nos-contratos-de-consumo>
- [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU2MQE/1/disserta\\_o\\_pixo\\_o\\_lado\\_oculto\\_ao\\_direito\\_silva\\_eduardo\\_faria\\_da..pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU2MQE/1/disserta_o_pixo_o_lado_oculto_ao_direito_silva_eduardo_faria_da..pdf)